



### Interpelação Escrita

O Governo frisou, durante anos, que ia dar cumprimento à governação científica, melhor servir a população, e dar mais importância às interpelações dos deputados e ao aumento da eficácia ao nível das respostas às interpelações. Assim, fiz a seguinte estatística sobre a taxa de respostas às interpelações escritas, com base nos dados das primeiras três Sessões da V Legislatura da Assembleia Legislativa (AL), (tabela 1 a tabela 3):

Tabela da estatística sobre as respostas dadas pelo Governo às interpelações escritas dos deputados na 1.ª Sessão da V Legislatura da AL (16 de Outubro de 2013 a 15 de Outubro de 2014)

Prazo	1.ª Sessão da V Legislatura da AL	Taxa
No prazo de 30 dias, nos termos da lei	247	36,06%
Fora do prazo	432	63,07%
Não foi dada resposta	6	0,87%
Estatística	685	100%

(Tabela 1)

Tabela da estatística sobre as respostas dadas pelo Governo às interpelações escritas dos deputados na 2.ª Sessão da V Legislatura da AL (16 de Outubro de 2014 a 15 de Outubro de 2015)

Prazo	2.ª Sessão da V	Taxa
-------	-----------------	------



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Tradução

	Legislatura da AL	
No prazo de 30 dias, nos termos da lei	269	39,56%
Fora do prazo	408	60%
Não foi dada resposta	3	0,44%
Estatística	680	100%

(Tabela 2)

Tabela da estatística sobre as respostas dadas pelo Governo às interpelações escritas dos deputados na 3.<sup>a</sup> Sessão da V Legislatura da AL (16 de Outubro de 2015 a 15 de Outubro de 2016)

Prazo	3. <sup>a</sup> Sessão da V Legislatura da AL	Taxa
No prazo de 30 dias, nos termos da lei	256	35,61%
Fora do prazo	443	61,61%
Não foi dada resposta	20	2,78%
Estatística	719	100%

(Tabela 3)

Conforme os dados referidos, em relação às respostas dadas pelo Governo no prazo de 30 dias, nos termos da lei, as taxas foram de 36,06% na 1.<sup>a</sup> Sessão, de 39,56% na 2.<sup>a</sup>, e de 35,61% na 3.<sup>a</sup>. Registou-se uma redução na última, em comparação com as duas anteriores. Quanto às interpelações ainda não respondidas, as taxas foram de 0,87% na 1.<sup>a</sup> Sessão, de 0,44% na 2.<sup>a</sup>, e de 2,78% na 3.<sup>a</sup>.



Registou-se um aumento na 3.<sup>a</sup> Sessão, em comparação com as duas anteriores. A evolução dos referidos dados demonstra que a eficácia do Governo em responder às interpelações não aumentou, mas, sim, baixou. Isto significa que a questão sobre a baixa eficácia por parte do Governo em relação à apresentação das respostas às interpelações continua por resolver, problema este que tem vindo a ser levantado pelos deputados desde há muitos anos.

Apresentei interpelações escritas em 6 de Janeiro de 2015 e 24 de Outubro de 2016, para levantar a questão sobre a baixa eficácia por parte do Governo em relação à apresentação das respostas às interpelações escritas dos deputados, no entanto, o Governo apenas respondeu, em 8 de Maio de 2015 e 5 de Dezembro de 2016, que **“o Governo da RAEM dá muita importância às interpelações apresentadas pelos deputados à AL, apresentando respostas às interpelações dos deputados de acordo com a Lei Básica da RAEM e com as respectivas resoluções da AL... o Governo da RAEM também tem dado grande importância ao conteúdo das respostas às questões levantadas pelos deputados, com vista a dar-lhes uma resposta clara e precisa. Atento a este problema, o Governo está a pensar em fazer rever todo o processo e as medidas de fiscalização, bem como estudar medidas viáveis de optimização, pretendendo-se, através do reforço da comunicação interna, da coordenação e da colaboração, que a eficácia e a qualidade das respostas sejam melhoradas, designadamente aquelas que envolvem assuntos de diversas áreas e serviços públicos”**. É evidente que o Governo ainda não tomou medidas viáveis de optimização para resolver o problema da baixa eficácia em relação às respostas às interpelações escritas.



Segundo as tabelas referidas sobre a taxa das respostas dadas pelo Governo às interpelações escritas dos deputados, a taxa de 2016 foi a mais baixa, em comparação com as de 2015 e 2014, o que significa que o referido problema se tornou mais grave. O Governo prometeu elevar a respectiva eficácia, mas isto não foi ainda concretizado. A referida situação não foi melhorada, mas, sim, ficou cada vez pior.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para colocar a seguinte questão ao Governo: segundo as tabelas referidas sobre a taxa das respostas dadas pelo Governo às interpelações escritas dos deputados, a taxa de 2016 foi a mais baixa, em comparação com as de 2015 e 2014, o que significa que o referido problema se tornou mais grave. O Governo prometeu elevar a respectiva eficácia, mas isto não foi ainda concretizado. A referida situação não foi melhorada, mas, sim, ficou cada vez pior. Porquê? O Governo prometeu, claramente, nas suas respostas, em 2015 e 2016, que ***“ia fazer rever todo o processo e as medidas de fiscalização, bem como estudar medidas viáveis de optimização, pretendendo-se, através do reforço da comunicação interna, da coordenação e da colaboração, que a eficácia e a qualidade das respostas sejam melhoradas, designadamente aquelas que envolvem assuntos de diversas áreas e serviços públicos”***. Pergunto, então, qual é o ponto da situação dessas ***“medidas viáveis de optimização”*** que o Governo tem estudado e que partes já foram optimizadas? Para além de estudar as ***“medidas viáveis de optimização”***, há ainda outras medidas concretas para melhorar a eficácia ao nível das



respostas às interpelações escritas, que tem sido cada vez mais baixa?

2. Todos os assuntos sobre a vida da população são relevantes, e isto é que o Governo deve saber. Os deputados são os porta-vozes dos cidadãos e assumem o papel de fiscalização das acções do Governo, no entanto, a eficácia por parte do Governo em relação à apresentação das respostas às interpelações escritas dos deputados é muito baixa. Então, como é que o Governo pode dar resposta aos pedidos razoáveis por parte dos cidadãos e resolver as suas dificuldades, e qual é a sua opinião em relação a isto?

17 de Janeiro de 2017

---

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Mak Soi Kun**